



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
DEPARTAMENTO DE DESTINAÇÃO PATRIMONIAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE BENS DE USO DA APF**

**REQUERIMENTO PARA
OUTORGA DE IMÓVEL
FUNCIONAL**

NOME COMPLETO DO (A) SERVIDOR (A)					N.º MATRÍCULA SIAPE	
IDENTIDADE	ÓRGÃO EMISSOR	UF	DATA	CPF		
PAI			MÃE			
ESTADO CIVIL					VIVE EM UNIÃO ESTÁVEL? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
NOME DO COMPLETO DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO (A)						
IDENTIDADE	ÓRGÃO EMISSOR	UF	DATA	CPF		
ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO			CIDADE	UF	CEP	
TEL RESIDENCIAL COM DDD	CELULAR COM DDD	ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL)				

DEPENDENTES EXCETO CÔNJUGE

NOME	SEXO	GRAU DE PARENTESCO	DATA DE NASCIMENTO

ÓRGÃO DE ORIGEM			UF
CARGO EFETIVO	DT. DE INGRESSO SERV. PÚB.	MATRÍCULA	
CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO	CÓDIGO	ATO DE NOMEAÇÃO	DATA DA PUBLICAÇÃO
ÓRGÃO DE EXERCÍCIO			
CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO	CÓDIGO	ATO DE NOMEAÇÃO	DATA DA PUBLICAÇÃO
VINDO (A) DE OUTRO ESTADO PARA A ATUAL NOMEAÇÃO? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	RECEBE AUXÍLIO MORADIA? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	DESEJA LISTA DE ESPERA, CASO NÃO HAJA IMÓVEL? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	

DECLARAÇÃO (NOS TERMOS DO DECRETO Nº 980, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1993)

- NÃO SOU (MOS) PROPRIETÁRIO (S), PROMITENTE (S) COMPRADOR (ES), CESSIONÁRIO (S) OU PROMITENTE (S) CESSIONÁRIO (S) DE IMÓVEL RESIDENCIAL NO DISTRITO FEDERAL, INCLUÍDA A HIPÓTESE DE LOTE EDIFICADO SEM AVERBAÇÃO DE CONSTRUÇÃO.
- RECOLHO (EMOS), INTEGRALMENTE, AOS COFRES PÚBLICOS QUANTIAS DEVIDAS, A QUALQUER TÍTULO, EM DECORRÊNCIA DE UTILIZAÇÃO ANTERIOR DE IMÓVEL RESIDENCIAL PERTENCENTE À ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, DIRETA OU INDIRETA.
- NÃO OCUPO (AMOS) IMÓVEL FUNCIONAL.

- DECLARO, IGUALMENTE, QUE NENHUMA PESSOA RESIDENTE COMIGO RECEBE AUXÍLIO MORADIA.

DECLARO, AINDA, QUE COMUNICAREI, DE IMEDIATO, À SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO, QUALQUER ALTERAÇÃO DOS DADOS INFORMADOS E/OU DE IMPEDIMENTOS SUPERVENIENTES QUE ACARRETEM A EXTINÇÃO DA PERMISSÃO DE USO DO IMÓVEL FUNCIONAL E QUE ESTOU CIENTE DAS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940, NO CASO DE HAVER PRESTADO INFORMAÇÃO FALSA OU INCORRETA, BEM COMO QUE POSSO SER NOTIFICADO (A) A QUALQUER MOMENTO A COMPROVAR AS AFIRMAÇÕES ACIMA, RESPONSABILIZANDO-ME PELA EXATIDÃO E VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES.

BRASÍLIA-DF, DE DE 20

ASSINATURA DO (A) SERVIDOR (A)

ESSE REQUERIMENTO DEVE SER CONFERIDO E ASSINADO PELO (A) TITULAR DA OUTORGA. OCORRENDO A PERMISSÃO DE USO, O AUXÍLIO MORADIA DEVERÁ SER SUSPENSO DE IMEDIATO. A SPU RESERVA-SE O DIREITO DE SOLICITAR AO (À) PERMISSIONÁRIO (A), A QUALQUER TEMPO, AS CERTIDÕES NEGATIVAS DE PROPRIEDADE, REFERENTES AS CIRCUNSCRIÇÕES DO DISTRITO FEDERAL, INCLUSIVE, EM NOME DE SEU (UA) CÔNJUGE OU COMPANHEIRO (A).